

SCIENTIFIC OBSERVATORY MAGAZINE

Vol. 1 N o 1 2023

Mediação no Poder Judiciário: Método de Solução para os Conflitos Familiares.

Elaine Rodrigues Bianco¹

Resumo

O presente estudo aborda a mediação no poder judiciário como um método para solucionar conflitos familiares, buscando promover a comunicação e o diálogo entre as partes interessadas para tornar possível uma solução positiva atendendo aos princípios dos direitos e aos instrumentos normativos jurídicos como a Lei 13.105 de 2015 (Novo Código de Processo Civil) e a Resolução nº. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça. O objetivo deste artigo é reconhecer a mediação como método eficaz para resolução do conflito familiar e restabelecimento do diálogo familiar. A pesquisa expõe teoricamente os alicerces dos princípios do Direito Brasileiro, os aspectos históricos da mediação na família, os direitos da família, as características da mediação e do mediador e a mediação restaurativa. A metodologia utilizada é a pesquisa descritiva, que busca através de um estudo do direito civil, do direito constitucional, e do direito da família, uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores e operadores do direito, acerca da mediação como método eficaz na resolução de conflitos familiares, e restabelecimento do diálogo na família. Conclui-se que, é importante submeter os conflitos em família ao meio mais

¹ Mestre em Saúde pela UNIFEB-SP, Especialista em Constelação Sistêmica Integrada UNISE-PR, Especialista em Arbitragem, Conciliação e Mediação pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela ESBAM-AM, Especialista em Direito Educacional pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Direito Público pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Perícia e Auditoria pela Serra Geral-MG, Especialista em Recursos Humanos pela UFAM-AM, Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental pela Martha Falcão-AM, Graduada em Odontologia pela IAES-AM, Graduada em Psicologia pela ULBRA-AM. E-mail: dra.elainebianco@gmail.com.

apropriado para solucionar o litígio, mais sempre observando princípios e aspectos éticos básicos, envolvendo a mediação, de forma a compreender e dirimir controvérsias em família, com foco na solução deste conflito, garantindo paz entre todos os envolvidos.

Palavras-chave: Direito da Família. Mediação. Conflito Familiar.

Abstract

The present study addresses mediation in the judiciary as a method to solve family conflicts, seeking to promote communication and dialogue between the interested parties to make a positive solution possible in compliance with the principles of rights and legal normative instruments such as Law 13.105 of 2015 (New Code of Civil Procedure) and Resolution no. 125/2010 of the National Council of Justice. The purpose of this article is to recognize mediation as an effective method for resolving family conflict and reestablishing family dialogue. The research theoretically exposes the foundations of the principles of Brazilian Law, the historical aspects of mediation in the family, the rights of the family, the characteristics of mediation and the mediator and restorative mediation. The methodology used is descriptive research, which seeks, through a study of civil law, constitutional law, and family law, a bibliographic review composed of the main authors and operators of law, about mediation as an effective method in conflict resolution families, and reestablishment of dialogue in the family. It is concluded that it is important to submit family conflicts to the most appropriate means to resolve the dispute, but always observing basic ethical principles and aspects, involving mediation, in order to understand and resolve family disputes, focusing on the solution of this conflict, ensuring peace between all involved.

Keywords: Family Law. Mediation. Family conflict.

1. INTRODUÇÃO

O estudo aborda o método da mediação do poder judiciário como grande e eficaz meio facilitador para com a resolução de conflitos do principal ambiente do indivíduo, que é o seio familiar, a família. A mediação trata-se de um método de solução de conflitos e o restabelecimento do diálogo familiar e tem como natureza humana a existência de conflitos e desavenças, seja no âmbito profissional, familiar

ou social, tendo o Estado o papel de atuar como órgão regulador, buscando meios de manter a ordem e paz social.

Durante muito tempo a jurisdição tem sido a única forma de solucionar conflitos, o que consequentemente ocasionou em uma demanda exacerbada aos órgãos jurisdicionais. Com as crises no poder Judiciário, evidenciou-se uma sobrecarga de processos, causando a morosidade na solução de conflitos e a insatisfação da sociedade, deixando explícita a necessidade de uma reforma inovadora que trouxesse consigo relevantes meios alternativos de solução de conflitos, em um prazo razoável e que satisfizesse a necessidade social do momento, na busca de uma nova concepção de obtenção de justiça.

Partindo dessa imprescindível importância, foi decidido o estudo da mediação como forma eficiente, ágil e eficaz para sanar inúmeros e diversos conflitos no seio familiar, com o grande intuito de buscar a harmonia entre famílias e consequentemente a paz social, que se faz tão preciso nos dias de hoje.

O objetivo da pesquisa é reconhecer a mediação como método eficaz para resolução de conflito familiar. Para isso, considera-se necessário analisar a mediação como eficaz método de solução, identificar no conflito familiar a pertinente colaboração da mediação e relatar situações de conflito familiar, onde através da mediação houve restabelecimento do diálogo familiar. É nesta perspectiva que surgem instrumentos normativos jurídicos capazes de trazerem mudanças significativas, como a Lei 13.105 de 2015 do Novo Código de Processo Civil e a Resolução nº125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de consolidar políticas públicas permanentes de incentivo e aperfeiçoamento dos institutos consensuais de litígios.

Expõe-se a evolução dos direitos da família, questões relevantes, suas transformações, seus princípios e sua proteção legal ao longo dos anos no Direito Brasileiro, identificando os meios compositivos de controvérsias, demonstrando suas peculiaridades, seu conceito, seus princípios e suas características, passando, ainda pelas fases do processo de mediação e pela figura do mediador, a fim de concluir pela sua aplicabilidade e viabilidade em casos específicos de direito de família.

A metodologia baseia-se no método de pesquisa descritiva, através de um estudo do direito civil, do direito constitucional, e do direito da família, partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores e operadores do direito

que abordam acerca da mediação como método eficaz na resolução de conflitos familiares, e restabelecimento do diálogo na família.

2. OS PRINCÍPIOS COMO ALICERCE DO DIREITO BRASILEIRO

Os princípios constituem o alicerce do direito brasileiro do século XXI, sendo tema de primeira ordem entre os doutrinadores. O Novo Código de Processo Civil elencou inúmeros princípios voltados aos institutos da mediação e conciliação, que devem funcionar como norte para melhor aplicação dos métodos de autocomposição.

Ao tratar dos princípios como um alicerce no direito brasileiro, dispõe-se no art. 166 do NCPC que:

Art. 166. A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

No artigo, o princípio da independência refere-se ao direito civil de agir com liberdade, atendo-se aos limites da lei, sem qualquer coação ou sofrimento interno ou externo, o que inere o direito de recusar, suspender ou intervir a qualquer ação proposta pelos mediadores conciliadores, na busca de um consenso entre as partes.

O princípio da imparcialidade concerne na falta de interesse de favorecer a qualquer uma das partes, buscando a aplicação do compromisso de uma sentença justa. Desse modo, a autonomia da vontade condiz ao respeito ao exercício da liberdade, ou seja, onde ambas as partes estabelecem seus interesses de acordo com aquilo que lhe é conveniente, a fim de obter um acordo sem defraudar o ordenamento jurídico.

Estes, possuem bases legais no:

Art. 1º §5º do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (anexo III) da Resolução nº 125/2010, in verbis: Artigo 1º - São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais: confidencialidade, competência, imparcialidade, neutralidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes. (...) Omissis
§5º. Independência e autonomia - Dever de atuar com liberdade, sem sofrer qualquer pressão interna ou externa, sendo permitido recusar, suspender ou interromper a sessão se ausentes as condições necessárias para seu bom desenvolvimento, tampouco havendo obrigação de redigir acordo ilegal ou inexequível.

A imparcialidade se molda no mesmo contexto da imparcialidade já aplicada aos juízes, isto é, o mediador e conciliador não podem ter interesses no conflito. Assim, dispõe o art. 5º, da Lei de Mediação nº 13.140/2015, nos termos que segue: aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz, visto que, Brasil (2015, p. 75) afirma:

A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.

Sendo assim, o princípio do auto regramento da vontade é um direito das partes, de fazer prevalecer à vontade livre e sem coação ou influências forçosas pelos mediadores e conciliadores na condução do acordo ou na hora da tomada de decisão. A confidencialidade, geralmente, envolve todas as informações utilizadas durante o procedimento, consequentemente não poderá o mediador e o conciliador violar o sigilo profissional, como se observa no art. 166,

(...) Omissis §2º do Novo Código de Processo Civil: § 2º Em razão do dever de sigilo, inerente às suas funções, o conciliador e o mediador, assim como os membros de suas equipes, não poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.

Neste sentido, a oralidade e a informalidade traduzem a ideia da simplicidade e clareza. Visa tornar o procedimento mais compreensível, pois os profissionais da autocomposição devem prezar pela oralidade em linguagem simples e de fácil entendimento as partes. Assim, servem de alicerce e são fundamentais para os institutos de mediação e conciliação, devendo ser observados constantemente pelos profissionais engajados nesse procedimento, pois, esses aspectos da mediação fazem parte de um processo cultural existentes desde o início da evolução humana.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA MEDIAÇÃO DE FAMÍLIA

Observa-se que, a mediação através da história e sua evolução, fato este desde os primórdios da comunicação quando os povos necessitavam de pessoas que transmitissem a outros povos seu idioma, seus costumes, sua cultura, entre

outras características exclusivas daquele povo e recebessem informações da mesma natureza vinda de outros povos. Por intermédio de uma pessoa específica, esses dados eram compartilhados, neste ensejo.

Serpa (1999, p. 15) destaca que:

Os chineses, na Antiguidade, influenciados pelas ideias do filósofo Confúcio, já praticavam a mediação como principal meio de solucionar contendas. Confúcio acreditava ser possível construir-se um paraíso na terra, desde que os homens pudessem se entender e resolver pacificamente seus problemas. Para ele existia uma harmonia natural nas questões humanas que não deveria ser desfeita por procedimentos adversários ou com ajuda unilateral. Seu pensamento estabelecia que a melhor e mais justa maneira de consolidar essa paz seria através de persuasão moral e acordos e nunca através de coerção ou mediante qualquer tipo de poder.

Seguindo este pensamento, era possível acreditar em uma sociedade pacífica, a fim de que as partes pudessem, a partir de um acordo, resolver possíveis conflitos. Acreditando em uma forma de atender aos interesses convenientes às partes, de acordo com a capacidade moral e atendendo aos princípios do direito. Trovillo (2014, p. 13) os relatos sobre a mediação em várias civilizações antigas, porém os registros ocidentais são obtidos na antiga Roma, onde o autor afirma que “os árbitros públicos e privados eram utilizados para resolver esses problemas”.

Visto que desde os primórdios da civilização as intervenções para conciliação de conflitos já eram necessárias para obter a paz e o bom relacionamento em sociedade, os modelos de mediação tiveram muitos avanços para tornar possível, diante a imparcialidade de um mediador, granjear acordos que pudessem satisfazer ambas as partes interessadas e promover um consenso nos resultados.

Para Moraes (2012, p. 33) “a mediação é um procedimento facultativo que requer o acordo livre e expresso das pessoas envolvidas”, por isso, é possível, de uma forma bem simples, compreender o conceito da mediação e a relacioná-lo com os acordos famílias existentes na sociedade, acrescentando atualmente as leis direcionadas para os processos de acordos civis.

3.1. A Mediação e o Direito da Família

Por conta de suas particularidades, é possível verificar a diferenciação dos conflitos familiares em relação a todos os outros tipos de conflitos, pois utiliza-se do princípio da afetividade para elucidar as normativas instituídas nos direitos da

família, fazendo-se necessário a compreensão diferenciada para a resolução destes litígios familiares.

A mediação nos processos familiares parte de um princípio de que é imprescindível minimizar o sofrimento causado, principalmente, quando se trata de questões relacionadas a desvinculação familiar litigiosa. Deste modo, Brito e Campos (2006, p. 291) afirmam que é necessário “buscar o consenso, o equilíbrio emocional e interpessoal, nesse sentido, vislumbrando-se a mediação como medida viável para a resolução dos conflitos surgidos no âmbito familiar”.

Isso porque, ao tratar, por exemplo, de uma situação como o divórcio, onde existem menores que dependem diretamente de forma afetiva e financeira das partes, estes serão inevitavelmente afetados, podendo acarretar problemas posteriores por conta de uma situação familiar mal resolvida. Por este motivo, Duarte (2011, p. 233) afirma que:

Nas Varas de Família, desfilam ficções e diferentes versões de uma mesma verdade, influenciadas pela subjetividade de cada participante envolvido aos processos de litígio. Ressalta-se que na leitura e interpretação do texto da lei, na condição dos processos litigiosos e nas análises das provas de cada caso particular, existe um sujeito, representado pela subjetividade do jurista, que formulará sentenças baseadas em suas próprias reflexões e interpretações, na leitura de normas jurídicas e, em vários casos, com base em laudos periciais. Suas sentenças, inevitavelmente, são influenciadas por suas próprias concepções e singularidades.

Dessa forma, cabe ao mediador interpretar todas as informações de cunho particular exposta pelas partes, e estudar a situação baseando-se nos direitos de família, para desenvolver uma solução que possa direcionar a resolução dos casos, de modo a favorecer ambas as partes e resguardar os direitos dos menores envolvidos.

Nos casos de conflitos familiares, é de extrema importância que o mediador, tenha a capacitação para essa função. Visto que, são eles quem devem conscientizar as partes dos princípios do direito que busca a aplicação prática da confidencialidade, imparcialidade, autonomia e, principalmente, o respeito à ordem.

Segundo Gonçalves (2015, p. 30):

A mediação se apresenta como um processo de gestão de conflitos oferecendo ao núcleo familiar um ambiente propício à negociação, a escuta, a autodeterminação, que devem ser seguidas após a concretização de um rompimento conjugal, por exemplo. Procedimento este que ajuda no fortalecimento dos laços familiares e faz com que os envolvidos assumam

suas responsabilidades pelos seus atos, pelo simples fato do diálogo tratar o conflito, inclusive na questão dos filhos, que muitas vezes são usados como instrumento de agressão contra o outro.

É evidente que a mediação busca propiciar positivamente uma negociação, buscando obter acordos que promovam, de forma imparcial e pacífica, a satisfação das partes. Concorde-se, portanto, que esta ação possa promover o fortalecimento dos laços familiares, pois existe ali, uma terceira pessoa que está analisando toda a situação com um olhar profissional, enxergando os direitos e as responsabilidades que as partes precisam assumir para tornar o acordo possível.

3.2. Característica do Mediador

O mediador, no contexto mais simples do exercício da sua função como múnus público, é um facilitador dos acordos relacionados aos conflitos familiares. O mesmo, possui habilidades de desenvolver meios que possam solucionar os problemas familiares embasando-se nas leis descritas na Vara da Família, no NCPC e outras normativas de proteção aos direitos da família.

De acordo com o art. 1º do anexo III da Resolução Nº 125/2010, que dispõe do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais fundamentados nos princípios do direito brasileiro, fazem parte das características do mediador:

- I. Confidencialidade: dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese;
- II. Decisão informada: dever de manter o jurisdicionado plenamente informado quanto aos seus direitos e ao contexto fático no qual está inserido;
- III. Competência: dever de possuir qualificação que o habilite à atuação judicial, com capacitação na forma desta Resolução, observada a reciclagem periódica obrigatória para formação continuada;
- IV. Imparcialidade: dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente;
- V. Independência e autonomia: dever de atuar com liberdade, sem sofrer qualquer pressão interna ou externa, sendo permitido recusar, suspender ou interromper a sessão se ausentes as condições necessárias para seu bom desenvolvimento, tampouco havendo dever de redigir acordo ilegal ou inexequível;
- VI. Respeito à ordem pública e às leis vigentes: dever de velar para que eventual acordo entre os envolvidos não viole a ordem pública, nem contrarie as leis vigentes;

- VII. Empoderamento: dever de estimular os interessados a aprenderem a melhor resolverem seus conflitos futuros em função da experiência de justiça vivenciada na autocomposição;
- VIII. Validação: dever de estimular os interessados perceberem-se reciprocamente como seres humanos merecedores de atenção e respeito.

Logo, todos os incisos acima, trazem características específicas do art. 166 do NCPC, porém, no Brasil ainda não cabe somente a um órgão decidir quais as principais características e habilidades de um mediador, mas, a Ordem dos Advogados do Brasil, juntamente com os Tribunais de Justiça Estaduais, as Defensorias Públicas Estaduais e as instituições especializadas em mediação podem formar profissionais especializados que precisam ser registrados, e devem fazer cursos regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça para exercer a profissão.

O bom mediador deve ter conhecimento de diversas áreas para poder compreender melhor o conflito, ele deve estudar todas as informações pertinentes ao caso, e buscar de maneira imparcial aplicar seu conhecimento melhorando a comunicação das partes. Os profissionais que atuam na área de mediação são avaliados e equiparados ao funcionalismo público, ou seja, ele está sujeito ao CPC - Código do Processo Civil e se agirem de má fé podem ser cortados da lista de registro dos mediadores da comarca em que atua.

3.3. Mediação e as Práticas Restaurativas no Direito da Família

A resolução 125/2010 do Conselho Nacional De Justiça (CNJ) descreve no art. 1º, a seguinte redação: “Fica instituída a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, tendente a assegurar a todos o direito à solução dos conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade”.

É importante frisar que a prática restaurativa nos direitos da família, busca solucionar os conflitos perante a reorganização lógicas dos direitos que as partes acreditam ter e buscam, portanto, o exercício de sua cidadania, garantindo um consenso em acordos assegurados por leis e com bases no Código de Processo Civil. Embora, solucionar conflitos familiares sejam o objetivo da mediação, não se deve confundir a mediação com um processo de resoluções de cunho terapêutico.

Desta forma, Barbosa (2004, p. 24-26) afirma que:

A mediação não é: a) subtratamento jurídico, uma vez que “não é uma instância menos qualificada”; b) assistência psicológica, terapia breve ou familiar, pois está longe de ser uma “espécie de psicoterapia que se destina a focalizar uma questão específica do paciente”; c) investigação social, porque não visa avaliar as partes; d) arbitragem, pois nela as partes em conflitos, no exercício da autonomia da vontade, elegem uma terceira pessoa, neutra e imparcial (árbitro), autorizada a dar uma decisão que obrigará cumprimento aos envolvidos na lide; e e) conciliação, que, é a prática que se resume em técnica de reorganização lógica, no tocante aos direitos que cada parte acredita ter.

Desse modo, compreende-se que a mediação rege, portanto, a conscientização dos direitos e deveres das partes envolvidas, objetivando acordos consensuais para solucionar problemas relacionados a má administração de conflitos. Na garantia de que haja resultados de acordos entre as partes, todos os processos de conciliação poderão ser estendidos a quantas sessões forem julgadas necessárias para encontrar uma possível solução.

Isso porque, existem no meio judiciário, soluções rápidas que podem acarretar qualquer tipo de descontentamento entre as partes, onde a mesma pode alegar ter sido coagida a aceitar tal acordo de forma não consensual, portanto, é necessário que todos os pontos referentes aos conflitos sejam analisados, conversados e julgados atendendo aos direitos da família e aos direitos civis de cada cidadão.

Confirmando a garantia da solução dos resultados, o art. 696, por sua vez, estabelece que “a audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.” (BRASIL, 2015, p. 72).

O artigo garante que a mediação terá bons resultados, pois terão inúmeras oportunidades, principalmente, do mediador, em apresentar as condições de acordo, assim como, motivar as partes a viabilizarem uma solução pacífica quando todas as possibilidades de solução estiverem esgotadas.

3.4. Vantagens da Mediação Familiar

A resolução dos conflitos familiares por meio da mediação se faz tão preciso e necessário, justamente porque a família é o grande alicerce e esteio do indivíduo,

sendo assim o pilar da vida do seu humano. Por isso, as relações familiares, devem exigir maior grau de cuidado, consideração e respeito de todos, quer que seja do Estado ou quer seja dos próprios membros da família.

A crise familiar é um momento muito delicado e difícil, pode-se dizer que é um momento de ruptura, em especial às crianças que vivem em fase de desenvolvimento social, de caráter, de personalidade, e que poderão enfrentar traumas e cicatrizes que lhes acompanharão na vida futura, e que na maioria de vezes lhe trarão frutos maléficos ao seu bom desenvolvimento como homem. Langoski (2011, p. 13) afirma que: “no âmbito do Direito das Famílias a mediação proporciona aos sujeitos a vivência de valores cooperativos e solidários com vistas a encontrar respostas qualitativas, justas e humanas aos conflitos”.

Isso acontece porque a mediação promove a comunicação reestabelecendo possíveis diálogos pacíficos onde as partes podem ouvir àquilo que se tem a dizer, assim como, expor as suas reivindicações exercendo sua total liberdade, aquilo que lhe é conveniente, a fim de obter um acordo de paz.

Assim, segundo Rosa (2012, p. 163), afirma que:

A mediação é um processo informal. Ela leva os envolvidos a construírem suas próprias decisões, que devem ser mutuamente aceitas, possibilitando a continuidade da relação, prevenindo qualquer tipo de inimizade. Nos conflitos familiares as questões a serem resolvidas são complexas, e a família consegue reestabelecer a comunicação com a mediação, sendo que essa técnica ajuda na resolução de questões emocionais, sendo a vingança deixada de lado para dar lugar ao bom senso.

Deste modo, busca-se compreender a mediação como uma forma de contribuir para a tomada de decisões familiares, orientando as partes sobre as vantagens das soluções apresentadas, afinal, é evidente que as vantagens oferecidas pela mediação, pois é a forma mais justa de solucionar situações conflituosas a curto prazo e com a minimização dos custos processuais.

3.5. Mediação Restaurativa e Transformativa no Direito da Família

A justiça restaurativa busca não apenas solucionar os conflitos existentes nos processos familiares, mas também a reparação justa e compensatória de possíveis danos causados entre as partes através do diálogo.

Assim, Vasconcelos (2008, p. 125):

A mediação restaurativa tem como paradigmas o protagonismo voluntário da vítima, do ofensor, da comunidade afetada, com a colaboração de mediadores, a autonomia responsável e não hierarquizada dos participantes e a complementaridade em relação à estrutura burocrática oficial, com respeito aos princípios de ordem pública do Estado Democrático de Direito.

Desse modo, a mediação restaurativa dispõe de uma dinâmica que busca um resultado positivo para vítima do processo, isso porque no processo de mediação não se busca verificar as provas formais e documentadas como no processo de direito comum, buscam-se identificar as verdades apresentadas e analisá-las para facilitar o acordo de forma justa.

Em essência, a mediação restaurativa é a possibilidade de promover a fala, a escuta e acolhimento, sendo consideradas as habilidades da mediação.

Todavia, Mardini (2016, p. 52) afirma que:

O reflexo dos relacionamentos intermitentes e instáveis que se observa atualmente decorre do modo em que vivemos, no qual tudo está em constante mudança e tanto as coisas como as pessoas e suas relações, tornam-se obsoletas rapidamente. Nesse passo, pode-se dizer que a evolução da família e de seu conceito fizeram os indivíduos reverem suas práticas e, por consequência, possibilitou-se uma maior diversidade de rumos das estruturas familiares. Mesmo assim, verifica-se que a família segue tendo a proteção da sociedade, seja pela legislação, seja pelos laços afetivos.

Esse tipo de mediação restaurativa transforma o paradigma da intervenção penal, uma vez que não está apenas preocupada com a determinação de uma resposta adequada ao comportamento criminal, mas também como reparação, seja ela material ou simbólica, dos danos causados pelo crime.

Como diretriz institucional, um programa de justiça restaurativa deve ter como meta institucional o aperfeiçoamento da administração da justiça, a ser aferido pelo grau de satisfação das partes e seu reconhecimento pelos operadores do direito, o que pode contribuir para a mudança na percepção da sociedade sobre a justiça (VASCONCELOS, 2008, p. 129).

Deste modo, é a mediação restaurativa busca promover, através do intermédio de uma terceira pessoa, a solução de resultados de forma pacífica, possibilitando a compreensão de uma decisão judicial justa para as partes e reestruturação do diálogo e da comunicação relacionadas aos conflitos que precisam ser solucionados.

4. Considerações Finais

As pessoas precisam de maior celeridade processual como resposta do Estado no combate a morosidade do judiciário, onde muitas vezes dão demasiada importância aos conflitos e esquecem dos valores mais importantes em suas vidas, visto que deixam que o ego litigante predomine, dificultando muitas vezes a resolução do conflito de forma amigável.

Este artigo, buscou como objetivo, centralizar a mediação familiar frente aos avanços socioculturais do mundo moderno. Fato este, representado pela Constituição Federal de 1988 que trouxe para o Direito das Famílias o reconhecimento de vários modelos de família, bem como princípios norteadores para essa área jurídica. A carta Magna elevou a pessoa como prioridade do Estado Democrático de Direito, e reconhecer a família como a base da sociedade é dar a ela a proteção especial pelo Estado, através do princípio da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido, qualquer pessoa que tenha um litígio é oportunizada o acesso à justiça por meio do Poder Judiciário ou ainda pelos meios alternativos de resolução de conflitos. Acesso este, feito com qualidade, com efetividade, dentro de um prazo razoável e que atenda às necessidades de todos os cidadãos envolvidos.

Faz-se saber, que diante do caos em que o Poder Judiciário se encontra, o uso de meios alternativos de resolução de conflitos ajuda e muito para que o problema seja tratado, e não tenha apenas uma ordem imposta. Cabe destacar, que o estudo específico da mediação é com certeza um procedimento viável e aplicável aos conflitos familiares, com base nas considerações feitas sobre a família, seus problemas, as formas de intervenção e a ética dos profissionais envolvidos que percebem a mediação como sendo satisfatoriamente a todos esses requisitos. E é através deste auxílio do mediador, que a família consegue dialogar, escutar o outro, e entender os interesses e motivos de todos.

O mediador não apenas auxilia, mas é um participante ativo importante, mas que não interferindo ou decidindo pelas partes, mas conduzindo-as para que tomem uma decisão justa, que seja benéfica para todos os envolvidos, além de conduzir o processo de mediação para que este seja desenvolvido com qualidade para a garantia de resultados positivos.

Nessa seara, vislumbra-se que a mediação é meio alternativo de solução de conflitos, e que o direito de família muito bem se enquadra por suas características e pelas técnicas desenvolvidas durante o processo de mediação. Pode-se ainda, ressaltar, que a mediação pode ser um meio usado pelas partes para resolverem seus conflitos de forma mais simples e rápida com o auxílio de terceiro, neutro às proposições e negociações estabelecidas pelas mesmas, mais com mais agilidade e um pouco de bom senso por parte dos participantes, tem-se ótimos resultados, nos quais ambas as partes podem negociar a solução mais adequada ao seu caso.

Portanto, pode-se concluir que é importante submeter os conflitos em família ao meio mais apropriado para solucionar o litígio, mais sempre observando princípios e aspectos éticos básicos, envolvendo a mediação, de forma a compreender e dirimir controvérsias em família, com foco na solução deste conflito, garantindo paz entre todos os envolvidos, não mais deixando de destacar que os operadores jurídicos devem ter em mente que sua principal missão como especialistas na solução de controvérsias é a pacificação entre os conflitantes, isto é, a busca constante por um resultado satisfatório aos envolvidos para atingir-se um estado de bem estar social.

Referências

BARBOSA, Águida Arruda. Guarda Compartilhada e Mediação Familiar: uma Parceria Necessária. Lex Editora S/A, 2014. Disponível em: < http://editoramagister.com/doutrina_26542223_GUARDA_COMPATILHADA_E_MEDIAÇÃO_FAMILIAR__UMA_PARCERIA_NECESSARIA.aspx > Acesso: 16 de Nov. de 2019.

BRASIL. Câmara de conciliação, Mediação e arbitragem. Lei de Mediação. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Brasília: CIESP/FIESP, 2015.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, Enrica Gentilezza de; CAMPOS, Argene. O papel da mediação no direito de família: separação e guarda compartilhada. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha; PEREIRA, Tânia da Silva. A ética da convivência familiar e sua efetividade no cotidiano dos tribunais. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DUARTE, Lenita Pacheco Lemos. A guarda dos filhos na família em litígio. 4. ed. rev. Atual. Rio de Janeiro: Lummís Juris, 2011.

GONÇALVES, Amanda Passos. A mediação como meio de resolução de conflitos familiares. Rio Grande do sul: PUCRS, 2015.

LANGOSKI, Deisimara Turatti. A mediação familiar e o acesso à justiça. Revista Diálogos: Contribuições da extensão para a consolidação dos direitos humanos, Brasília, v. 16, n. 2, 2011. 13

MARDINI, Julia Storniolo. A aplicação da mediação no Novo Código de Processo Civil no âmbito das relações familiares. Porto Alegre: UFRS, 2016.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROSA, Conrado Paulino da. Desatando nós e crianças laços: os novos desafios da mediação familiar. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

SERPA, Maria de Nazareth. Teoria e prática da mediação de conflitos. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1999.

TROVILHO, Octávio Henrique Betta Barbosa Correa. A mediação como método adequado de solução de conflitos e forma de reestabelecer as relações interpessoais. São Caetano do Sul: USCS, 2014.